



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141013 - BA (2021/0002971-8)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : IGOR VIANA DOS SANTOS (PRESO)  
**ADVOGADOS** : ARTHUR DE ALMEIDA SILVA - BA065631  
ANNE SIMÕES PINTO - BA061192  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por IGOR VIANA DOS SANTOS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (*Habeas Corpus* n. 8026722-22.2020.8.05.0000).

O recorrente encontra-se preso preventivamente pela prática em tese do crime previsto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal.

Sustenta a inidoneidade dos motivos apresentados para justificar a segregação provisória, ao argumento de que fundados na gravidade abstrata do crime. Afirmar a possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Alega a ilegalidade da custódia cautelar por excesso de prazo.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura. No mérito, requer o provimento do recurso para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A prisão preventiva está fundamentada, em princípio, na gravidade concreta do crime, revelada pelo *modus operandi* empregado em sua execução, bem como na periculosidade do paciente, acusado de ser traficante de drogas na localidade em que aconteceu o homicídio qualificado.

A tese de excesso de prazo não foi analisada no acórdão recorrido.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente